

## EDITAL DE PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 14/2026

### Sistema de Registro de Preços

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA – TJRR torna público para conhecimento dos interessados que fará licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, **para Registro de Preços**, do tipo menor preço, nas condições estabelecidas neste Edital, a serem regidas pela Lei n.º 14.133/2021, [Lei Complementar 123/2006](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n. 008, de 08 de janeiro de 2025](#), [Instrução Normativa SEGES n.º 73/2022](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 03/2023](#), [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), [Resolução CNJ n.º 468/2022](#) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR, conforme consta nos autos do Procedimento Administrativo TJRR n.º SEI 0007107-33.2026.8.23.8000.

### DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

**DATA:** 15/07/2026

**HORÁRIO:** 10h00min (horário de Brasília)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Código UASG:** 925480

### 1.DO OBJETO

1.1. Formação de registro de preços para eventual contratação de **licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses**, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor máximo desta licitação, para registro de preços, corresponde ao montante de **R\$ 77.088,61 (setenta e sete mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos)**.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

3.1.1. **Para o grupo 1:** quaisquer interessadas que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.

3.1.2. **Para os itens de 3 a 9:** apenas as microempresas e empresas de pequeno porte, em cumprimento ao art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que se enquadrem nas disposições estabelecidas nesta condição.

3.1.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.4. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TJRR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

### 3.2. Não será admitida a participação de empresas:

- cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- suspensas de participar de licitações ou impedidas de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;

- c. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação;
- d. proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art.72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98, ou nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- e. com quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas nos arts. 9.º e 14 da Lei nº 14.133/21 ;
- f. reunidas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição;
- g. em processo de falência; e
- h. estrangeiras não autorizadas a funcionar no país.
- i. para os itens de 3 a 9 não será admitida, ainda, a participação de empresas que não se enquadrem como microempresa e empresa de pequenos porte, nos termos do art.48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006.

**3.3.** O art. 15 da Lei 14.133/2021 prevê a possibilidade de participação em certames públicos de empresas reunidas em consórcios, salvo vedação devidamente justificada, considerando como discricionária a permissão de participação de empresas em consórcio, diversos autores, o E. STJ e entendimento do Tribunal de Contas da União, indicam que a participação de consórcios somente seria obrigatória nas licitações em que **a vultuosidade, a heterogeneidade e a inviabilidade de parcelamento material do objeto licitado tornem o universo de possíveis licitantes demasiadamente restrito**, logo, depreende-se não ser o caso da licitação em tela.

**3.4.** É defeso ao servidor público transacionar com o TJRR diretamente ou como representante, procurador ou intermediário na forma do art. 110, X, XIII e XIV da LC Estadual n.º 053/2001, ou de outra lei estadual ou municipal que proíba a participação na licitação de servidor que exerça gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, ou exerça o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.

#### **4. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**4.1.** Os interessados poderão impugnar as especificações técnicas, condições ou exigências previstas neste edital, por eventual violação à disposição legal, através de petição devidamente instruída, fundamentada e encaminhada ao Pregoeiro, por meio eletrônico - email: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

**4.2.** Qualquer dúvida existente sobre os termos do edital poderá ser objeto de pedido de esclarecimento, por escrito, ao Pregoeiro em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, seguindo os mesmos trâmites do subitem anterior.

**4.3.** Os pedidos de esclarecimentos e de impugnação deverão conter, no mínimo:

- a) o número desta licitação, CNPJ/CPF, razão social, endereço completo, nome completo do representante legal/funcionário ou interessado subscritor do pedido e o e-mail para resposta;
- b) a exposição da dúvida para o correto entendimento das regras do edital, ou a indicação do item, cláusula ou condição do edital que pretenda questionar, devendo, neste caso, vir acompanhada das razões da impugnação.

**4.4.** O Pregoeiro decidirá sobre a impugnação.

**4.5.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

**4.6.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para ciência dos interessados.

#### **5. DA PROPOSTA**

**5.1.** A **licitante** deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento dessa documentação.

**5.2.** A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado por **Grupo/itens**, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, **prevendo, expressamente, a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, como cita o artigo.**

**5.3.** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os

requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

**5.4.** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

**5.5.** A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

**5.5.1.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.6.** As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**5.6.1.** Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** no cadastro dos dados da proposta no sistema *compras.gov.br* importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

**5.7.** As propostas terão validade de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

**5.8.** Até a abertura da sessão, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**5.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a **licitante** às sanções previstas neste Edital.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**6.1.** A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**6.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

**6.3.** Cabe a **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## **7. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** No horário previsto para a abertura das propostas, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com as especificações e as condições estabelecidas no Edital.

**7.2.** A análise de preços superiores aos previstos no Termo de Referência - Anexo I do edital será realizada após a fase de lances.

**7.3.** Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**8.1.** Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

**8.2.** A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

**8.3.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

**8.4.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

**8.5.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.

**8.5.1.** A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.6.** Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**8.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**8.8.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.9.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**8.10.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.11.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

**8.12.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**8.13.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- a. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.14.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. empresas brasileiras;
- c. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**8.15.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, via sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br), em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**8.15.1.** De forma a garantir a efetividade da medida, poderá ser realizado contato telefônico, por e-mail ou outro meio legítimo, comunicando aos licitantes do empate e solicitando atenção à convocação via sistema para envio de proposta com preço de desempate.

**8.15.2.** A menor proposta apresentada, dentre as licitantes, será a vencedora para fins de desempate.

## **9. DO BENEFÍCIO AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**9.1.** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**9.1.1.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor máximo para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão Eletrônico**.

**9.1.2.** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**9.1.3.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**9.1.4.** A empresa convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

**9.2.** Não ocorrendo adjudicação, nos termos previstos no **subitem 9.1**, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada, se houver compatibilidade de preço com o valor de referência e a **licitante** for considerada habilitada.

## **10. DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.1.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.1.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.1.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINAL, DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**11.1.** A **licitante** classificada provisoriamente em primeiro lugar, no prazo de 3 (três) horas, se outro não for fixado, contados da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**, prorrogável por igual período, deverá encaminhar a sua proposta, em PDF, ajustada ao último lance, **conforme modelo - Anexo II do Edital**, devidamente preenchida de acordo com as especificações do Termo de Referência.

**11.2.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo fixado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

**11.2.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TJRR, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

### **11.3. Deverá constar na proposta:**

a) a individualização da **licitante**, com razão social, CNPJ, endereço completo, telefone, indicação de endereço eletrônico (*e-mail*), dados bancários (nome do banco, números da conta corrente e da agência) e assinatura do representante legal da **licitante**;

b) a descrição clara do objeto cotado e demais especificações, conforme o Termo de Referência - Anexo I do edital;

c) indicação única de preço em reais, com exibição dos valores unitário e total com duas casas decimais em algarismos; e

d) sempre quando for possível, índices, folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da **licitante**, a fim de garantir a integridade da documentação e da proposta.

**11.4.** Havendo indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, o pregoeiro solicitará a arrematante a comprovação da exequibilidade.

**11.4.1.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.4.2.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 11.4.1. só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

### **11.5. Não será aceita e será desclassificada a proposta:**

a) que não comprovar a sua exequibilidade, quando solicitada pelo pregoeiro;

b) que apresentar valores unitários ou global superiores aos preços indicados pelo TJRR;

c) que não for redigida (digitada ou datilografada) no idioma nacional, estiver ilegível, contenha rasuras, ou outros defeitos capazes de dificultar o julgamento;

- d) com ilegalidades, ou vícios, omissões e irregularidades insanáveis;
- e) que não forem corrigidas as irregularidades ou falhas sanáveis apontadas pelo pregoeiro; e
- f) que estiver em desacordo com as condições e especificações do objeto previstas neste edital.

**11.6. O critério adotado para julgamento da proposta será o de menor valor por grupo/itens .**

**11.7.** Todas as especificações do objeto, o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora vinculam o **fornecedor registrado**.

**11.8.** Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de enviar a documentação exigida, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este edital.

## **12. DA HABILITAÇÃO**

**12.1.** A habilitação das **licitantes** será verificada por meio do SICAF (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada no subitem **12.2** deste edital, de acordo com os [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**12.1.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 03h (três horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**12.1.2.** As **licitantes** que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

**12.2.** As **licitantes** deverão complementar os documentos de habilitação referidos no subitem anterior, relativos à:

### **12.2.1. Qualificação Econômico-Financeira**

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante** ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato; e
- b. Para o **Grupo 1** (itens **1** e **2**), comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**12.2.1.1.** A exigência prevista no subitem 12.2.1. alínea “b”, restringe-se ao **Grupo 1** (itens **1** e **2**), em razão de o valor estimado da contratação superar o limite previsto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1/4 (um quarto) do valor estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da referida Lei.

### **12.2.2. Qualificação Técnica**

**12.2.2.1.** Não será exigida qualificação técnica específica dos fornecedores, considerando a natureza do objeto, que consiste na disponibilização de licenças de uso de software em modelo de subscrição, sem necessidade de customizações ou de atividades técnicas complexas associadas à sua disponibilização. Trata-se de soluções amplamente difundidas no mercado, com especificações padronizadas e fornecimento simplificado, o que afasta a necessidade de comprovação de capacidade técnica adicional.

**12.3.** O pregoeiro verificará eventual enquadramento nas vedações elencadas no item 3 – Da Participação na Licitação, mediante consulta ao:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico [www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- d. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

**12.4.** As consultas previstas no subitem anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária **licitante** e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**12.5.** O enquadramento da **licitante** em qualquer das hipóteses do subitem 3.2 acarretará, como consequência, a inabilitação da **licitante**.

**12.6.** A **licitante** deverá comprovar que sua atividade empresarial se relaciona ao objeto desta licitação mediante apresentação de seu ato constitutivo, ou outro documento hábil, além de informar o nome e CPF de seu administrador e/ou sócio majoritário, salvo se tal informação já constar no SICAF.

**12.7.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**12.8.** Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

**12.9.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.10.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

**12.11.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.12.** Os documentos que não apresentarem data de validade serão considerados válidos para este certame pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

**12.13.** Será inabilitada a **licitante** que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**12.14.** No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**12.15.** Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

### **13. DA AMOSTRA**

**13.1.** Não se exigirá que a **licitante** apresente amostra do objeto licitado.

### **14. DO RECURSO**

**14.1.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, imediatamente após o término do julgamento das propostas, e do ato de habilitação, ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**14.1.1.** O prazo para protocolizar a intenção de recurso será de 10 (dez) minutos, após os atos de:

- a. julgamento das propostas;
- b. classificação ou desclassificação; e
- c. ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

**14.1.2.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação via sistema ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**14.1.3.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de intimação via sistema ou de divulgação da interposição do recurso.

**14.1.4.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**14.1.5.** O recurso será dirigido ao Pregoeiro, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**14.1.6.** Não serão acolhidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais.

**14.1.7.** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

**14.2.** Caberá as licitantes, encerrada a etapa de lances, a consulta regular ao sistema "compras.gov.br" a fim



de verificar se foi declarada a vencedora e se está aberta a opção para a interposição de recurso.

**14.3.** O recurso será decidido pelo Secretário-Geral (autoridade competente).

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1.** A adjudicação e homologação deste **Pregão** compete ao Secretário-Geral do Tribunal de Justiça de Roraima.

**15.2.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado à **licitante** vencedora critério menor preço por **grupo/itens**.

## **16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021 serão aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**16.2.** As licitantes ou contratadas que descumprirem, total ou parcialmente, regra estabelecida no edital de licitação do TJRR ficarão sujeitas às seguintes sanções, conforme definido em instrumento convocatório:

- a. multa;
- b. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- c. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**16.2.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- e. fraudar a licitação;
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.2.** As condutas praticadas durante o procedimento licitatório em que o valor estimado da contratação supere R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), poderá ser cumulativamente aplicada a penalidade de multa no percentual de 1% do valor estimado da licitação.

**16.2.3.** Nas condutas previstas nas alíneas "a", "b" e "c", quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.2.4.** Quando a conduta ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até a metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

**16.3.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.4.** A aplicação das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 007/2023](#), e subsidiariamente na Lei Estadual n.º 418/2004.

**16.5.** A sanção aplicada definitivamente será registrada no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal, conforme o caso.

**16.6.** As sanções inerentes à execução contratual estão previstas no termo de referência e no contrato anexos desse edital.

## **17. DO REGISTRO DE PREÇOS**



**17.1.** Após a homologação do certame, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo 03 (três) dias corridos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**17.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

**17.2.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

**17.3. Não será aceita cotação parcial de preços, todas as cotações lançadas serão na totalidade dos itens previstos na licitação.**

**17.4.** As demais disposições sobre o registro de preços estão no texto no **ANEXO V**.

**17.5.** O órgão gerenciador será o Tribunal de Justiça de Roraima - TJRR.

**17.6.** Nesse certame não haverá órgãos na condição de participantes.

**17.7.** No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, e Termo de Compromisso com a Sustentabilidade, conforme o disposto no Anexo IV, deste Edital.

**17.8.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação** no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, prorrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

## **18. DO CADASTRO DE RESERVA**

**18.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

**18.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**18.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**18.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**18.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 25 e art. 26 da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

**18.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- a. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **19. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

**19.1.** Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor beneficiário poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirada do instrumento contratual, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar de sua convocação para fornecer o objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**19.1.1.** No mesmo prazo da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor deverá apresentar Declaração Antinepotismo, constante do Anexo III do Edital, juntamente o com Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV).

**19.2.** Poderá ser acrescentada ao ajuste qualquer vantagem apresentada pelo fornecedor registrado em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

**19.3.** Por ocasião da retirada de instrumento contratual, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

**19.4.** Quando a **licitante** convocada não retirar o instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidos, poderá ser convocada outra **licitante** para retirar, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação

**19.5.** As condições de pagamento e outras obrigações estão previstas no Termo de Referência - Anexo I do edital.

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1. Excepcionalmente**, a licitante poderá encaminhar a documentação complementar solicitada pelo pregoeiro através do e-mail: [salc@tjrr.jus.br](mailto:salc@tjrr.jus.br), desde que reste comprovada a inviabilidade de envio por meio do sistema.

**20.2.** Os documentos remetidos por meio do sistema *compras.gov.br* poderão ser solicitados em original ou cópia autenticada a qualquer momento em prazo estabelecido pelo pregoeiro.

**20.2.1.** Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas, deverão ser encaminhadas a Subsecretaria de Aquisições, Licitações e Credenciamentos, localizada no Prédio Administrativo do TJ/RR, situada na Av. Ene Garcez, n.º 1696, 3º Piso, Sala 335, Bairro de São Francisco, na Cidade de Boa Vista - RR - CEP 69.305.135.

**20.3.** A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação exigida neste edital ou solicitada pelo **Pregoeiro**, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

**20.3.1.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**20.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema *compras.gov.br* e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

**20.5.** O acompanhamento e a fiscalização da ata de registro de preços serão exercidos por um representante da Administração especialmente designado pela Secretaria Demandante.

**20.6.** É facultado ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase deste procedimento licitatório, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

**20.7.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**20.8.** Este edital estará à disposição dos interessados, pela Internet, nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br) (menu "licitações"), será publicado na forma da lei, e deverá ser lido e interpretado na íntegra, não sendo aceitas alegações de desconhecimento após a entrega da proposta.

**20.9.** O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/21.

**20.10.** Não serão aceitos protocolos de entrega de solicitação de documentos, em substituição aos documentos exigidos pelo presente edital e seus anexos.

**20.11.** A **licitante**, caso seja vencedora, manterá preposto, aceito pelo TJRR, durante o período de vigência da Ata, para representá-la administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado, no ato da assinatura da Ata, mediante declaração em que deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, endereço de *e-mail* e número de telefone válidos para o recebimento de informações e notificações, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

**20.12.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**20.13.** As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**20.14.** São partes integrantes deste edital independente de transcrição: o Termo de Referência (Anexo I), Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances (Anexo II), Modelo de Declaração Antinepotismo (Anexo III), Termo de Compromisso com a Sustentabilidade (Anexo IV), Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo V) e Minuta do Contrato (Anexo VI).

**20.15.** Os casos omissos serão solucionados pela Secretaria-Geral.

Elano Loureiro Santos  
**Subsecretário de Aquisições, Licitações e Credenciamentos**

Vicente de Paula Ramos Lemos  
**Técnico Judiciário**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 49/2026**

**FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DIVERSOS (ADOBE CREATIVE CLOUD, ADOBE ILLUSTRATOR, CANVA, TRELLO, MENTIMETER, FLICKR, MOTION ARRAY, MAGNIFIC E MLABS) POR SUBSCRIÇÃO, INCLUINDO ATUALIZAÇÕES E SUPORTE PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA.**

## **1. INTRODUÇÃO**

**1.1.** Toda a ação da Administração Pública é manejada com fundamento nos princípios da supremacia do interesse público e indisponibilidade do interesse público, os quais formam o regime jurídico administrativo constante no ordenamento jurídico nacional. Além disso, de forma expressa, o constituinte elencou no art. 37 da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, de sorte que os agentes públicos possuem o dever de observar em todas as suas ações tais princípios como direcional necessário tanto para a organização de ações administrativas, quanto para o possível, impactos que essas ações culminarão.

**1.2.** A Constituição Federal trouxe como regra o dever de licitar para as contratações de empresas especializadas em obras, serviços, compras e alienações, assim todas as vezes que a Administração Pública necessita comprar produtos, ou contratar serviços deve percorrer as fases do Procedimento Licitatório, previsto na Lei 14.133/2021.

**1.3.** É por meio do procedimento administrativo de licitar, em submissão à regra constitucional, que a administração tem a possibilidade: a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública; b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição; c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

## **2. OBJETO**

**2.1.** O presente instrumento tem por objeto a formação de registro de preços para eventual contratação de licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima.

**2.2.** A presente contratação caracteriza-se como serviço, nos termos do inciso XI do art. 6º da Lei nº

14.133/2021, por consistir em atividade destinada à obtenção de utilidade de interesse da Administração. Ademais, enquadra-se como serviço comum, conforme disposto no inciso XIII do referido artigo, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. No âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima, a contratação também se caracteriza como serviço contínuo, nos termos do inciso XV do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, considerando que se destina à manutenção das atividades administrativas e institucionais do Tribunal, decorrendo de necessidade permanente ou prolongada da Administração.

### 2.3. Descrição Detalhada do Objeto

**2.3.1.** O objeto deverá ser executado conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento, observadas as especificações mínimas descritas a seguir:

#### 2.3.1.1. Das Especificações Técnicas

Grupo	Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível
1	1	<p><b>Adobe Creative Cloud</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo todas as soluções criativas e os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aplicativos: Acrobat Pro, Photoshop, Illustrator, InDesign, Premiere Pro, After Effects, Lightroom, XD, Animate, Lightroom Classic, Dreamweaver, Audition, InCopy, Character Animator, Capture, Fresco, Bridge, Adobe Express, Adobe Firefly, Photoshop Express, Media Encoder, Aero, Scan, Fill &amp; Sign, Acrobat Reader;</li> <li>▪ Acesso ao Adobe Portfolio e Adobe Fonts;</li> <li>▪ Acesso a recursos baseados em inteligência artificial (IA);</li> <li>▪ 1 TB de armazenamento em nuvem, com bibliotecas compartilhadas e histórico de versões de até 180 dias;</li> <li>▪ Console para gerenciamento de licenças e usuários, com capacidade de reatribuição de licenças e recuperação de ativos.</li> </ul>	"Pro for Teams" ou equivalente
	2	<p><b>Adobe Illustrator</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aplicativos: Illustrator para desktop e web;</li> <li>▪ Acesso ao Adobe Express, Adobe Firefly, Adobe Portfolio e Adobe Fonts;</li> <li>▪ 1 TB de armazenamento em nuvem, com bibliotecas compartilhadas e histórico de versões de até 180 dias;</li> <li>▪ Acesso a recursos baseados em inteligência artificial (IA);</li> <li>▪ Console para gerenciamento de licenças e usuários, com capacidade de reatribuição de licenças e recuperação de ativos.</li> </ul>	"for Teams" ou equivalente

-	3	<p><b>Canva</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, para uso individual e colaborativo em equipe, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ferramentas premium para criação ágil de designs, incluindo funcionalidades de redimensionamento automático, tradução de conteúdos e remoção de fundos;</li> <li>▪ Acesso a mais de 3,6 milhões de modelos (templates), inclusive modelos premium;</li> <li>▪ Acesso a mais de 141 milhões de fotos, vídeos, elementos gráficos e áudios premium;</li> <li>▪ Gerenciamento de marca por meio de até 100 kits de marca;</li> <li>▪ Acesso ampliado a recursos baseados em inteligência artificial (IA) para maior volume de criações;</li> <li>▪ Ferramentas de administração de equipes, incluindo relatórios, aprovação e controles de uso de IA;</li> <li>▪ Colaboração e integração avançadas, incluindo ambientes de trabalho compartilhados, recursos centralizados, controle de permissões de acesso por equipe e integração com serviços externos para compartilhamento e publicação de conteúdos.</li> <li>▪ Planejamento e agendamento de conteúdos para redes sociais;</li> <li>▪ Disponibilidade de, no mínimo, 500 GB de armazenamento em nuvem.</li> </ul>	"Pro+" ou equivalente
---	---	---	-----------------------

-	4	<p><b>Trello</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação ilimitada de quadros e cartões para organização de projetos, fluxos de trabalho e tarefas;</li> <li>▪ Visualizações avançadas: calendário, linha do tempo, tabela, painel e mapa;</li> <li>▪ Visualizações no nível de área de trabalho (workspace): tabela e calendário;</li> <li>▪ Listas de verificação avançadas, com atribuição de responsáveis e prazos;</li> <li>▪ Campos personalizados, listas recolhíveis e cores de lista;</li> <li>▪ Captura rápida de tarefas, notas e mensagens (ex.: via e-mail);</li> <li>▪ Recursos de inteligência artificial para captura e preenchimento de conteúdos;</li> <li>▪ Espelhamento de cartões entre diferentes quadros;</li> <li>▪ Integrações ilimitadas com aplicativos e ferramentas como Google Drive, entre outras;</li> <li>▪ Automações sem código, com execuções ilimitadas;</li> <li>▪ Organização de quadros por coleções e visualização de calendário do espaço de trabalho;</li> <li>▪ Modelos de quadros reutilizáveis no nível de área de trabalho (workspace);</li> <li>▪ Registros de atividades ilimitados;</li> <li>▪ Recursos de administração e segurança (administração de execução de comandos e controle de permissões por tipo de usuário, convites com restrição de domínio, gerenciamento de dispositivos móveis, autenticação de dois fatores);</li> <li>▪ Exportação de dados simples;</li> <li>▪ Armazenamento ilimitado;</li> <li>▪ Aplicativos disponíveis para desktop, iOS e Android.</li> </ul>	"Premium" ou equivalente
---	---	--	--------------------------

-	5	<p><b>Mentimeter</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participantes ilimitados por mês;</li> <li>▪ Acesso a slides interativos e slides de conteúdo (word clouds, quizzes, votações, bullet points);</li> <li>▪ Coleta de perguntas do público (Q&amp;A);</li> <li>▪ Importação de apresentações do PowerPoint ou Google Slides;</li> <li>▪ Opção de tornar apresentações privadas;</li> <li>▪ Solicitação e gerenciamento de nomes dos participantes, com opção de exibição durante a sessão;</li> <li>▪ Layouts com edição de imagem, tamanho de fonte e slides de conteúdo;</li> <li>▪ Personalização de cores de texto, fundo e imagem de fundo;</li> <li>▪ Criação de temas personalizados;</li> <li>▪ Aplicação de identidade visual da organização (branding), incluindo logotipo;</li> <li>▪ Área de trabalho colaborativa com convites para colegas;</li> <li>▪ Funções específicas para colaboração e revisão de apresentações;</li> <li>▪ Inclusão de até 20 membros na área de trabalho (workspace), com acesso a recursos gratuitos e possibilidade de realizar apresentações com até 50 participantes por mês;</li> <li>▪ Edição colaborativa de apresentações com membros da equipe;</li> <li>▪ Controle de permissões de visualização, comentário e edição em apresentações e enquetes privadas;</li> <li>▪ Criação e compartilhamento de templates de apresentações;</li> <li>▪ Exportação de apresentações em formato de imagem e PDF;</li> <li>▪ Exportação de resultados e dados em planilhas Excel;</li> <li>▪ Moderação de perguntas (Q&amp;A) com aprovação prévia;</li> <li>▪ Inserção de formulários durante a apresentação;</li> <li>▪ Envio de respostas a partir de um único dispositivo compartilhado;</li> <li>▪ Definição de níveis de acesso e atribuição de permissões administrativas;</li> <li>▪ Personalização de configurações de acesso à organização.</li> </ul>	"Pro" ou equivalente
---	---	--	----------------------



-	6	<p><b>Flickr</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Uploads e armazenamento ilimitados de fotos e vídeos em alta resolução;</li> <li>▪ Ferramentas de gerenciamento de conteúdo, com criação e organização de álbuns, coleções e galerias, adição de tags, edição e substituição de fotos, além de recursos para ordenação e exclusão de mídias diretamente na plataforma;</li> <li>▪ Navegação e compartilhamento sem anúncios para usuários e visitantes;</li> <li>▪ Recursos de download aprimorados, com acesso total a mídias originais em alta resolução e opção de compartilhamento;</li> <li>▪ Backup automático de imagens;</li> <li>▪ Estatísticas avançadas sobre visualização e desempenho do conteúdo;</li> <li>▪ Configurações de privacidade, além de opções de segurança e licenciamento de conteúdo;</li> <li>▪ Opções de exibição de fotos de até 6k, e uploads de vídeos de até 10 (dez) minutos.</li> </ul>	"Pro" ou equivalente
-	7	<p><b>Motion Array</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acesso ilimitado a recursos profissionais de vídeo, incluindo modelos e predefinições compatíveis com softwares de edição como Adobe After Effects, Adobe Premiere Pro e DaVinci Resolve;</li> <li>▪ Gráficos em movimento, LUTs, filmagens, gráficos, fotos, música, efeitos sonoros isentos de royalties;</li> <li>▪ Narrações por inteligência artificial (IA);</li> <li>▪ Ferramentas adicionais para revisão e edição de vídeo, como plug-ins profissionais e extensão de integração com aplicativos Adobe.</li> </ul>	"Everything" ou equivalente

-	8	<p><b>Magnific</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acesso ilimitado a todo o conteúdo disponível na plataforma, incluindo vetores, ilustrações, fotos, imagens geradas com IA, ícones, modelos, mockups, vídeos, PSDs e fontes;</li> <li>▪ Geração e edição ilimitada de imagens com inteligência artificial (IA);</li> <li>▪ Recursos de inteligência artificial (IA) para geração de imagens, vídeos e áudios a partir de texto, além de remoção e substituição de planos de fundo, variações, retoques e expansão de imagens, entre outros;</li> <li>▪ Downloads ilimitados em diversos formatos e resoluções;</li> <li>▪ Ferramentas de design e edição diretamente na plataforma;</li> <li>▪ Ferramentas de busca e filtros avançados para localização rápida de ativos gráficos;</li> <li>▪ Licença de uso comercial para todos os recursos baixados, sem exigência de atribuição de créditos.</li> </ul>	"Premium+" ou equivalente
-	9	<p><b>mLabs</b> – Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, contendo os seguintes recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Relatórios e integrações com: Facebook, Instagram, LinkedIn, TikTok, YouTube, Threads, Pinterest, Google Meu Negócio, Google Ads, LinkedIn Ads, TikTok Ads, RD Station, Meta Ads e Google Analytics;</li> <li>▪ Agendamento ilimitado de posts;</li> <li>▪ Agendamento simultâneo para múltiplas contas;</li> <li>▪ Calendário de planejamento de posts;</li> <li>▪ Aprovação de posts;</li> <li>▪ Integração com o Canva para criação de publicações com envio direto para a mLabs;</li> <li>▪ Relatórios de performance orgânica e de tráfego pago (Ads) com agendamento de envio e exportação em PDF ou link (multi-idíomas);</li> <li>▪ Dashboards e relatórios personalizáveis;</li> <li>▪ Portal do cliente com personalização (white label);</li> <li>▪ Análise de concorrentes;</li> <li>▪ Gestão do fluxo de trabalho (workflow);</li> <li>▪ Automação com inteligência artificial (IA) para criação de legendas e análise de mercado, com insights para otimização de performance;</li> <li>▪ Usuários adicionais ilimitados, com controle de permissões personalizadas;</li> <li>▪ Promoção de publicações (Ads) diretamente pela plataforma.</li> </ul>	"Completo" ou equivalente

## 2.3.2. Dos Requisitos de Arquitetura Tecnológica

### 2.3.2.1. A solução deverá:

- Ser compatível com a arquitetura tecnológica vigente no ambiente institucional, incluindo sistemas operacionais Microsoft Windows 10 (64 bits ou 32 bits) ou superior, e navegadores web homologados, tais como Google Chrome, Mozilla Firefox, Safari e Microsoft Edge;

- b. Permitir, quando baseada em nuvem, o acesso completo às funcionalidades por meio de navegadores modernos, sem a exigência de instalações adicionais;
- c. Possuir interface compatível com acesso por diferentes dispositivos e navegadores, com adaptação a distintos tamanhos de tela, quando aplicável;
- d. Prever, quando aplicável, a instalação local de softwares ou componentes que exijam recursos específicos do sistema, garantindo o funcionamento adequado em estações de trabalho com desempenho compatível;
- e. Viabilizar, quando aplicável, a interoperabilidade entre funcionalidades acessadas via navegador e aplicações instaladas localmente, sem prejuízo à execução das atividades.

### **2.3.3. Dos Requisitos de Capacitação**

**2.3.3.1.** Não há necessidade de treinamento técnico específico, considerando o conhecimento prévio e consolidado das áreas sobre as ferramentas atualmente utilizadas.

**2.3.3.2.** Eventuais dúvidas sobre a utilização, bem como orientações relacionadas à instalação, ativação e configuração da solução, deverão ser sanadas pelo canal de suporte da CONTRATADA e/ou FABRICANTE, ou por meio da disponibilização de material de apoio (manuais, FAQ, etc.), preferencialmente em formato digital, garantindo o fácil acesso e consulta pelos usuários.

### **2.3.4. Dos Requisitos de Garantia, Manutenção e Suporte técnico**

**2.3.4.1.** As soluções contratadas deverão ser fornecidas em suas versões mais atuais disponíveis no mercado no momento da disponibilização das licenças/assinaturas.

**2.3.4.1.1.** Na hipótese de incompatibilidade, irregularidade ou inadequação do licenciamento fornecido em relação às especificações técnicas exigidas, a CONTRATADA deverá promover sua devida substituição, regularização ou adequação, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

**2.3.4.2.** Durante toda a vigência das licenças/assinaturas contratadas, contada a partir do recebimento definitivo pelo CONTRATANTE, deverá estar assegurada, conforme aplicável a cada solução e de acordo com as políticas do fabricante, sem custos adicionais, garantia de serviços de atualização, correções, manutenção e suporte técnico necessários à adequada utilização das ferramentas.

**2.3.4.3.** O suporte técnico deverá observar as condições e modalidades regularmente disponibilizadas para cada solução contratada, contemplando, quando aplicável, serviços relacionados à utilização (incluindo instalação, ativação, configuração e orientações de uso), administração e gerenciamento de licenças, atualização de versões e suporte operacional para resolução de falhas, dúvidas ou comportamentos inesperados das ferramentas.

**2.3.4.4.** Os serviços de suporte técnico deverão ser disponibilizados, preferencialmente, por meio de central de atendimento ou plataforma própria para abertura e acompanhamento de chamados, admitindo-se, alternativamente, a utilização de canais oficiais de suporte, tais como chat, e-mail, atendimento telefônico ou outros meios compatíveis com a solução contratada.

**2.3.4.5.** O suporte técnico deverá estar disponível em dias úteis e horário comercial, conforme aplicável a cada solução contratada, assegurando ao CONTRATANTE a possibilidade de abertura, registro e acompanhamento de chamados junto à CONTRATADA e/ou FABRICANTE, com fornecimento de retorno e previsão de solução compatíveis com a natureza da demanda apresentada.

**2.3.4.6.** O suporte técnico deverá ser disponibilizado em idioma Português do Brasil, admitindo-se, quando aplicável, a realização dos atendimentos de forma remota, conforme as características da solução contratada.

**2.3.4.7.** A CONTRATADA será responsável perante o CONTRATANTE pela prestação e/ou acompanhamento do suporte técnico das soluções contratadas, atuando como referência principal para tratamento das demandas, ainda que, conforme as características da solução, a execução técnica possa, quando cabível, ser realizada pelo FABRICANTE, permanecendo resguardadas as obrigações contratuais assumidas perante o CONTRATANTE.

**2.3.4.8.** As soluções contratadas deverão ser fornecidas em conformidade com as condições estabelecidas pelos fabricantes e com a legislação aplicável, sendo obrigatoriamente originais e acompanhadas das respectivas licenças/assinaturas.

### **2.3.5. Dos Requisitos de Implantação**

**2.3.5.1.** A solução deverá estar disponível para utilização imediatamente após a liberação das licenças e/ou ativação das contas.

**2.3.5.2.** A CONTRATADA deverá fornecer os acessos aos produtos, indicar os canais de suporte técnico e disponibilizar os recursos de documentação técnica, tais como manuais, guias de uso, FAQs, entre outros

materiais de referência.

**2.3.5.3.** Quando aplicável, deverá ser fornecido suporte para orientações básicas de instalação e configuração inicial, garantindo a pronta disponibilização da solução para os usuários finais.

### **2.3.6. Dos Requisitos de Experiência Profissional e de Formação da Equipe**

**2.3.6.1.** Considerando que a presente contratação não envolve o desenvolvimento sob demanda, a customização significativa, nem a implantação complexa de solução de TIC, mas sim o fornecimento de licenças de uso com suporte técnico associado, entende-se que não se justifica a exigência de comprovação de experiência profissional ou formação específica da equipe da CONTRATADA para a condução das atividades.

**2.3.6.2.** A solução a ser contratada é padronizada, pronta para uso e não requer intervenção técnica avançada por parte da equipe da CONTRATADA no ambiente do CONTRATANTE. Eventuais orientações de instalação, configuração inicial ou uso da solução serão prestadas por meio de canais de suporte disponíveis, não sendo necessária atuação técnica especializada continuada.

**2.3.6.3.** Dessa forma, a exigência de qualificação técnica da equipe poderia representar um ônus excessivo e desproporcional à natureza da contratação, em desacordo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e isonomia previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **2.3.7. Dos Requisitos Temporais**

#### **2.3.7.1. Da formalização da demanda**

**2.3.7.1.1.** A formalização para início da execução contratual deve ser realizada por meio de Ordem de Fornecimento (ANEXO I), que deverá ser expedida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato.

#### **2.3.7.2. Da disponibilização dos serviços**

**2.3.7.2.1.** A disponibilização das licenças deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

**2.3.7.2.2.** A entrega das licenças poderá ocorrer por meio de acesso à plataforma do FABRICANTE ou, alternativamente, por e-mail. Em todos os casos, deverão ser fornecidas as chaves de ativação e/ou credenciais necessárias, bem como os meios para download e utilização dos produtos, observada a indicação do e-mail institucional informado na Ordem de Fornecimento.

**2.3.7.2.3.** Deverá ser encaminhado, juntamente com cada licença disponibilizada, documento contendo, de forma expressa, a data de início de vigência e a respectiva data de término (ou aniversário) da licença.

**2.3.7.2.4.** A entrega será considerada efetivada após o acesso e a validação das licenças pelo CONTRATANTE, seja por meio da plataforma de gerenciamento ou mediante verificação dos dados recebidos por e-mail.

**2.3.7.2.5.** As licenças deverão ser disponibilizadas no prazo estabelecido, devidamente ativas e aptas para uso, garantindo o acesso integral às funcionalidades contratadas, bem como sua disponibilidade de forma ininterrupta (24 horas por dia, 7 dias por semana).

### **2.3.8. Dos Requisitos de Segurança da Informação**

**2.3.8.1.** A solução e a prestação dos serviços deverão observar, no que couber, a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), conforme estabelecido na Resolução TJRR nº 06, de 02 de março de 2016.

**2.3.8.2.** Não será permitida à CONTRATADA a divulgação sem prévia autorização de informações confidenciais pertencentes ou custodiadas pelo TJRR às quais tiver acesso em decorrência da prestação do objeto.

**2.3.8.3.** A CONTRATADA deverá adotar medidas adequadas de proteção de dados e segurança da informação, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), assegurando o tratamento adequado de dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

### **2.3.9. Dos Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

**2.3.9.1.** O fornecimento das licenças de software deverá ser realizado preferencialmente por meios eletrônicos, de modo a minimizar o uso de mídias físicas, promovendo práticas mais sustentáveis e a redução de impactos ambientais.

**2.3.9.2.** A contratação deverá observar, no que couber, as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, na Resolução CNJ nº 400/2021, na Instrução Normativa TJRR/SG nº 01/2026 e no Plano de Logística

Sustentável do Tribunal de Justiça de Roraima (PLS/TJRR), instituído pela [Portaria TJRR/PR Nº 245/2026](#), de 26 de março de 2026 – ciclo 2021–2026, contemplando, entre outros, os seguintes critérios:

- a. Priorização da comunicação e entrega por meios eletrônicos, evitando o uso de documentos impressos;
- b. Adoção de práticas que promovam a eficiência no uso de recursos tecnológicos e energéticos;
- c. Observância de boas práticas de responsabilidade socioambiental por parte da CONTRATADA;
- d. Conformidade com a legislação ambiental aplicável, no que couber à prestação do serviço.

**2.3.9.3.** O atendimento ao usuário deverá ser prestado em Língua Portuguesa. A documentação técnica, os softwares, bem como seus termos de uso e condições comerciais, deverão estar preferencialmente disponíveis em Português do Brasil, admitindo-se, na impossibilidade, sua disponibilização em idioma Inglês.

#### **2.3.10. Dos Requisitos Legais**

**2.3.10.1.** A contratação do objeto descrito neste instrumento tem amparo legal nos seguintes dispositivos legais:

- a. Conformidade à Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.
- b. Conformidade à Instrução Normativa TJRR nº 5, de 22/09/2023 – Dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Roraima.
- c. Conformidade à Instrução Normativa TJRR nº 4, de 27/02/2023 – Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito do Tribunal de Justiça de Roraima.
- d. Conformidade à Resolução CNJ nº 468/2022 e suas alterações – Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
- e. Conformidade à Resolução CNJ nº 400/2021 e suas alterações – Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.
- f. Conformidade à Resolução TJRR nº 06, de 02 de março de 2016 – Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.
- g. Conformidade à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### **2.3.11. Da Indicação de Marcas ou Modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**2.3.11.1.** A presente contratação contempla a indicação das marcas Adobe, Canva, Trello, Mentimeter, Magnific, Motion Array, Flickr e mLabs, em razão da necessidade de manutenção da compatibilidade com plataformas, fluxos de trabalho, arquivos, integrações e padrões já adotados pelo Tribunal de Justiça de Roraima.

**2.3.11.2.** A indicação das referidas marcas fundamenta-se na necessidade de padronização tecnológica, continuidade operacional e aproveitamento do conhecimento técnico já consolidado pelas equipes usuárias, considerando que tais ferramentas já integram os processos de trabalho relacionados às atividades de comunicação institucional, produção gráfica e audiovisual, gestão de redes sociais, organização de projetos, inovação e apoio administrativo.

**2.3.11.3.** A adoção de soluções distintas poderia demandar adaptação de fluxos de trabalho, reconfiguração de integrações, migração de conteúdos e capacitação de usuários, com potenciais impactos na produtividade, na eficiência operacional e na continuidade das atividades desenvolvidas pelas unidades demandantes, além de ocasionar retrabalho e aumento de custos operacionais associados à transição entre plataformas.

**2.3.11.4.** A indicação de marca não configura direcionamento indevido da contratação, mas decorre da identificação das soluções tecnicamente mais adequadas às necessidades da Administração, em observância ao princípio da padronização e à necessidade de preservação da compatibilidade e da continuidade operacional.

**2.3.11.5.** Nos termos da Súmula nº 270 do Tribunal de Contas da União, a indicação de marca em contratações de software é admissível quando estritamente necessária para atender exigências de padronização e devidamente justificada, circunstâncias verificadas no presente caso.

**2.3.11.6.** A competitividade do certame encontra-se preservada, tendo em vista a existência de ampla rede de fornecedores e parceiros autorizados aptos a comercializar as soluções indicadas, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência. A contratação será conduzida em regime de ampla concorrência, com igualdade de condições entre os licitantes, assegurando a observância dos princípios da legalidade, da

competitividade, da isonomia e da economicidade.

## **2.4. Da Relação entre a Demanda Prevista e a Quantidade de Bens e/ou Serviços a serem Contratados**

**2.4.1.** Os componentes listados na tabela abaixo compõem o objeto desta licitação e deverão atender aos requisitos técnicos os quais estão listados neste instrumento, de acordo com os quantitativos abaixo:

<b>Grupo</b>	<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Plano/Assinatura Compatível</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
1	1	Adobe Creative Cloud - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro for Teams" ou equivalente	Unidade	7
	2	Adobe Illustrator - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"for Teams" ou equivalente	Unidade	2
-	3	Canva - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro+" ou equivalente	Unidade	18
-	4	Trello - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium" ou equivalente	Unidade	2
-	5	Mentimeter - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2
-	6	Flickr - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2
-	7	Motion Array - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Everything" ou equivalente	Unidade	2
-	8	Magnific - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium+" ou equivalente	Unidade	2
-	9	mLabs - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Completo" ou equivalente	Unidade	2

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Justificativa**

**3.1.1.** O Núcleo de Comunicação e Relações Institucionais (NUCRI) e o Núcleo de Projetos e Inovação (NPI) desempenham papéis estratégicos no fortalecimento da imagem institucional, na promoção da transparência e no apoio à modernização e efetividade das ações do Poder Judiciário de Roraima. O NUCRI é responsável por planejar, coordenar e executar a política de comunicação interna e externa da instituição, consolidando a identidade visual e promovendo o relacionamento com a sociedade, alinhado ao Planejamento Estratégico. Por sua vez, o NPI atua no monitoramento e desenvolvimento de projetos estratégicos e iniciativas

inovadoras, contribuindo diretamente para o aprimoramento dos serviços prestados à população e para o fortalecimento da cultura da inovação no TJRR. A atuação desses dois núcleos sustenta ações institucionais de grande relevância, como a divulgação de informações sobre políticas, objetivos e ações do Judiciário, a promoção de treinamentos e projetos sociais voltados à cidadania, o fomento à comunicação interna como estratégia de gestão, a concepção e o desenvolvimento de projetos estratégicos e inovadores, e o apoio direto à consolidação da identidade e imagem institucionais. Para o pleno exercício dessas atribuições, é indispensável o acesso a ferramentas tecnológicas atualizadas e compatíveis com o nível de complexidade, dinamismo e qualidade exigido pelas demandas dessas unidades.

**3.1.2.** A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) insere-se nesse contexto como unidade essencial para o suporte e a viabilização das demandas institucionais relacionadas ao uso de soluções tecnológicas. Em razão de suas atribuições voltadas à provisão de soluções de TIC, à gestão estratégica da tecnologia da informação e à condução de projetos de caráter transversal, a STI atua de forma integrada às demais Secretarias e unidades do Tribunal. Essa atuação abrange o planejamento, acompanhamento e execução de projetos, a elaboração de instrumentos de gestão e o suporte técnico às iniciativas institucionais que demandam organização, apresentação e comunicação estruturada de informações. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade recorrente de produção de materiais de apoio à gestão e à tomada de decisão, tais como relatórios, apresentações institucionais, fluxos de processos, documentos técnicos e registros visuais relacionados ao acompanhamento de projetos, contratos e ações estratégicas, o que justifica sua inclusão no escopo da demanda.

**3.1.3.** O Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR), por meio do NUCRI, do NPI e da STI, identificou a necessidade de aquisição de licenças de softwares especializados, com o objetivo de viabilizar a continuidade e o aprimoramento de ações estratégicas voltadas à comunicação institucional, à capacitação, à inovação, bem como ao apoio às atividades de planejamento, gestão e acompanhamento de iniciativas e projetos institucionais. A medida visa assegurar a produção ágil e profissional de materiais gráficos, audiovisuais e de apoio à gestão, promover a dinamização de treinamentos, workshops e ações institucionais, e manter a qualidade, a padronização e a consistência dos conteúdos produzidos pelas equipes envolvidas.

**3.1.4.** A demanda encontra respaldo na missão institucional do TJRR de assegurar à sociedade a prestação jurisdicional com eficiência, transparência e acessibilidade, bem como no papel estratégico da Tecnologia da Informação como instrumento de apoio à modernização dos processos administrativos. Nesse contexto, a utilização de soluções tecnológicas adequadas contribui diretamente para a otimização dos fluxos de trabalho, o aumento da produtividade, a segurança da informação, a conformidade legal e a efetividade das ações do Poder Judiciário. Por outro lado, a ausência de ferramentas licenciadas, padronizadas e atualizadas tem resultado no uso de soluções gratuitas, não padronizadas e com funcionalidades limitadas, o que acarreta retrabalho, perda de qualidade nos materiais produzidos, menor engajamento em ações de formação e riscos associados ao uso de versões experimentais.

**3.1.5.** Cabe destacar que os softwares utilizados no âmbito do Poder Judiciário de Roraima são amplamente adotados e consolidados no mercado, sendo de uso corrente e domínio técnico pelos profissionais das áreas envolvidas. A manutenção dessas ferramentas garante a continuidade dos projetos em andamento, evitando problemas de compatibilidade de arquivos e perdas associadas à conversão de dados. Além disso, a padronização decorrente da adoção e sustentação dessas soluções contribui para a uniformidade da identidade visual institucional, o alinhamento com as diretrizes de acessibilidade e a preservação da integridade da comunicação pública do Tribunal. Esses ganhos não se restringem ao ambiente interno, refletindo-se também na qualidade das entregas direcionadas aos jurisdicionados e ao público externo, que passam a ser beneficiados por materiais institucionais mais claros, acessíveis e visualmente padronizados, bem como por ações de capacitação e eventos promovidos de forma mais atrativa, dinâmica e eficaz.

**3.1.6.** Desse modo, a contratação dos referidos softwares atende às seguintes necessidades de negócio:

- a. Assegurar a disponibilização e a continuidade do uso de ferramentas de trabalho adequadas e devidamente licenciadas, essenciais à produtividade das unidades técnicas e especializadas, bem como à execução de projetos em andamento, sem prejuízos decorrentes de incompatibilidades e conversões de arquivos;
- b. Manter e aprimorar a produção de conteúdos audiovisuais, gráficos e institucionais com qualidade técnica, acessibilidade e padronização da identidade visual, fortalecendo a comunicação institucional e a experiência do público interno e externo;
- c. Promover a modernização das rotinas institucionais por meio de um ecossistema tecnológico que impulse a colaboração, a inovação e a qualidade técnica na produção de materiais e projetos, em consonância com as diretrizes de comunicação, transparência e transformação digital;
- d. Apoiar a gestão de projetos e tarefas institucionais, contribuindo para a organização das atividades, o controle de prazos, a colaboração entre equipes e a eficiência operacional, além de favorecer a



materialização de ideias e a validação de soluções inovadoras, com menor dependência de serviços terceirizados;

- e. Fortalecer a presença digital do TJRR por meio do uso de plataformas que possibilitem a gestão integrada de redes sociais, o planejamento e a análise de publicações, bem como o acesso a bibliotecas de recursos gráficos e audiovisuais para uso institucional.

**3.1.7.** Ao responder a essas necessidades, o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima fortalecerá a qualidade e a eficiência na execução de suas atividades, por meio da adoção de ferramentas tecnológicas que viabilizam a otimização de fluxos de trabalho, a padronização de entregas institucionais e a ampliação da capacidade interna de inovação.

### **3.2. Alinhamento Estratégico**

**3.2.1.** A contratação encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, período de 2021 - 2026 e Plano Anual de Contratações 2026, à saber:

<b>Planejamento Estratégico Institucional 2021 – 2026</b>	
<b>Perspectiva:</b>	Orçamento e Tecnologia
<b>Alinhamento:</b>	Macrodesafio 12 do CNJ: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
<b>Objetivo estratégico:</b>	OE9. Assegurar a transformação digital e a segurança da informação
<b>Plano de Gestão 2025 – 2027</b>	
<b>Projetos:</b>	Otimização da Infraestrutura de TI
<b>Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC 2025 – 2027</b>	
<b>Objetivo:</b>	Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
<b>Plano Anual de Contratações - PAC 2026</b>	
<b>Item:</b>	204

### **3.3. Objetivos**

**3.3.1.** A contratação da solução visa alcançar os seguintes resultados:

- a. aprimoramento da produção de conteúdos gráficos, audiovisuais e institucionais, com maior agilidade, qualidade técnica e padronização visual;
- b. melhoria na organização, execução e acompanhamento de projetos e atividades, com otimização dos fluxos de trabalho, definição de responsabilidades e fortalecimento da colaboração entre equipes;
- c. aumento do engajamento e da efetividade de treinamentos, capacitações e eventos institucionais, por meio da utilização de recursos interativos e dinâmicos;
- d. fortalecimento da cultura de inovação e da capacidade institucional de desenvolvimento e validação de soluções, com estímulo à colaboração e à melhoria contínua;
- e. garantia de conformidade legal e segurança jurídica, mediante a utilização de softwares devidamente licenciados, aliada ao aumento da segurança da informação e da integridade dos dados institucionais;
- f. redução de retrabalho e da dependência de serviços terceirizados, com melhor aproveitamento dos recursos internos e elevação da eficiência das unidades envolvidas;
- g. melhoria da comunicação institucional e da transparência, com reflexos positivos na experiência dos jurisdicionados e do público em geral.

### **3.4. Referência aos Estudos Técnicos Preliminares**

**3.4.1.** Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Formalização de Demanda (DFD), encaminhado pelo Núcleos de Projetos e Inovação (NPI), Núcleo de Comunicação e Relações Institucionais (NUCRI) e Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), e o Estudo Técnico Preliminar, ambos

### **3.5. Análise de Mercado de TIC**

**3.5.1.** Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos nos Estudo Técnico Preliminar, visualizou-se no mercado de TIC as alternativas de solução:

- a. Utilização de softwares disponibilizados no Catálogo de Software Público;
- b. Utilização de softwares livres de uso gratuito; e
- c. Contratação de licenças de softwares proprietários por subscrição;

**3.5.2.** Conforme o Estudo Técnico Preliminar, constatou-se que a Solução 3: Contratação de licenças de softwares proprietários por subscrição (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs), apresenta mais elementos que justifiquem a sua escolha como solução mais vantajosa para a administração.

### **3.6. Benefícios**

**3.6.1.** A escolha da solução visa alcançar os seguintes benefícios:

- a. Proporcionar às unidades demandantes ferramentas que ampliem significativamente a capacidade de entrega institucional. A utilização de plataformas profissionais permitirá a produção de conteúdos gráficos, audiovisuais e institucionais com maior qualidade técnica, padronização visual e agilidade, alinhados às diretrizes de comunicação e inovação do Tribunal, resultando em maior efetividade na comunicação com o público interno e externo, bem como no fortalecimento das ações institucionais e iniciativas de inovação;
- b. Disponibilizar ferramentas com funcionalidades completas e sem limitações técnicas, permitindo a automação de tarefas, a integração com fluxos de trabalho consolidados e a redução de retrabalho. Com isso, torna-se possível otimizar o tempo de produção, elevar a produtividade das equipes e acelerar a entrega de materiais e soluções, promovendo ganhos operacionais relevantes;
- c. Viabilizar a execução de projetos de comunicação institucional e inovação com recursos técnicos adequados, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos das áreas envolvidas. Os benefícios decorrentes do uso das ferramentas refletem-se em entregas mais relevantes, acessíveis e alinhadas às expectativas dos públicos-alvo, ampliando o alcance, o engajamento e a percepção de valor das iniciativas institucionais; e
- d. Promover maior racionalidade na utilização dos recursos públicos, considerando que a contratação sob o modelo de subscrição evita investimentos iniciais elevados e proporciona maior previsibilidade orçamentária. Além disso, ao reduzir a dependência de serviços terceirizados e ampliar a autonomia das equipes internas, gera economia direta com contratações externas e ganhos indiretos relacionados ao aumento da produtividade, à padronização do ambiente tecnológico e das entregas institucionais, bem como ao fortalecimento da capacidade interna de inovação e transparência. Ademais, a utilização de softwares devidamente licenciados assegura conformidade jurídica e mitiga riscos associados ao uso de soluções não autorizadas.

## **4. ESTRATÉGIA DE CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da Natureza do Objeto**

**4.1.1.** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens e serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva por meio de especificações técnicas usualmente praticadas no mercado. Trata-se de produtos de software padronizados, disponibilizados pelos fabricantes sob condições usuais de comercialização.

**4.1.2.** Em consonância com o conceito de fornecimentos e serviços contínuos, conforme disposto no art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, a contratação do objeto deste Termo de Referência caracteriza-se como atendimento à necessidade permanente da Administração, uma vez que a utilização das ferramentas ocorre de forma contínua, recorrente e indispensável à execução das atividades institucionais. Tais soluções são essenciais ao desenvolvimento das ações de comunicação institucional, à organização de projetos, à promoção da inovação e ao suporte a outras funções estratégicas desempenhadas rotineiramente pelas áreas de comunicação e pelos setores técnicos do TJRR. Nesse contexto, a manutenção ininterrupta do acesso às plataformas contratadas revela-se imprescindível para a preservação da produtividade, da padronização da

identidade visual institucional e da regularidade dos fluxos de trabalho já consolidados pelas equipes envolvidas.

**4.1.3.** Assim, por se tratar de softwares amplamente utilizados nas rotinas das unidades demandantes, cuja ausência ou interrupção comprometeria a execução das atividades institucionais, a vigência anual, com possibilidade de prorrogação, configura-se como a alternativa mais vantajosa para a Administração. Tal escolha evita a instauração de sucessivos processos licitatórios de mesma natureza, que acarretariam custos operacionais e administrativos adicionais, além de potenciais riscos de descontinuidade na prestação dos serviços. Dessa forma, assegura-se a regularidade do fornecimento, a economicidade e a eficiência na gestão pública.

## **4.2. Da Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

**4.2.1.** De acordo com o disposto no art. 40, V, “b”, da Lei nº 14.133/2021, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é o parcelamento do objeto, sempre que possível, desde que técnica e economicamente viável, não acarrete prejuízo ao conjunto ou complexo da contratação nem implique perda de economia de escala, com o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não disponham de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo em relação a itens ou unidades autônomas, entendimento esse reforçado pela Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

SÚMULA nº 247 - TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade

**4.2.2.** No presente caso, verifica-se que parte significativa das soluções pretendidas é composta por ferramentas independentes, destinadas a finalidades específicas e sem interdependência funcional direta, razão pela qual o parcelamento por itens se mostra, em regra, tecnicamente viável e economicamente recomendável, favorecendo a ampla participação de fornecedores e a competitividade do certame.

**4.2.3.** Todavia, no que se refere especificamente às soluções da suíte Adobe, notadamente o Adobe Creative Cloud e o Adobe Illustrator, embora exista a possibilidade de contratação individualizada, a contratação agrupada revela-se mais adequada, por possibilitar a obtenção de potenciais ganhos de escala decorrentes da contratação em conjunto, bem como maior eficiência administrativa, por meio do aprimoramento da gestão contratual, com redução do número de instrumentos contratuais e simplificação das atividades de fiscalização, promovendo maior racionalidade na utilização dos recursos públicos e alinhamento às boas práticas de governança.

**4.2.4.** Dessa forma, propõe-se o agrupamento das soluções da suíte Adobe em grupo único, de modo a possibilitar melhor gestão contratual e maior eficiência administrativa, além de potencial geração de economia decorrente de ganhos de escala na contratação, sem prejuízo à competitividade, tendo em vista a existência de diversos fornecedores autorizados no mercado aptos à comercialização das licenças das referidas ferramentas.

**4.2.5.** As demais soluções, por sua vez, deverão ser contratadas de forma individualizada, considerando sua natureza independente, com vistas à ampliação da competitividade, à mitigação da concentração de mercado e à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

## **4.3. Da Participação Exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP)**

**4.3.1.** A presente contratação observa as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente no que se refere ao tratamento diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte.

**4.3.2.** Nos termos do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações e contratos administrativos as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. Nesse contexto, o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 estabelece:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**4.3.3.** Entretanto, a própria Lei Complementar nº 123/2006 prevê hipóteses excepcionais em que a exclusividade não se aplica. Nesse sentido, o art. 49, inciso II, da referida Lei Complementar dispõe:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

[...]

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

**4.3.4.** No caso específico do **Grupo 1** (itens **1** e **2**), verifica-se a inviabilidade de adoção da participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), em razão das regras de comercialização impostas pela própria fabricante Adobe para fornecimento de licenciamento ao setor governamental. Conforme documentação oficial da Adobe acerca do programa de [Especialização em Governo](#), desde 05 de julho de 2017 a Especialização em Governo tornou-se requisito obrigatório para que revendas autorizadas possam fornecer produtos Adobe à Administração Pública, em quaisquer modalidades de contratação pública, incluindo licitações, pregões, dispensas e demais formas de contratação governamental. O referido documento estabelece expressamente que apenas revendas autorizadas com Especialização em Governo podem participar de licitações e concorrências públicas envolvendo produtos Adobe.

**4.3.5.** Além disso, a própria Adobe dispõe que, para obtenção da Especialização em Governo, a revenda deve atender a requisitos específicos, dentre eles ser constituída como sociedade limitada ou sociedade anônima, consignando expressamente que “MEIs, EPPs são inelegíveis para especialização em Governo”. O documento também reforça que:

[...]

“Microempreendedores individuais/MEIs, Empresas de Pequeno Porte/EPPs ou Microempresas são **inelegíveis à especialização em Governo** e não haverá exceções para concorrências públicas exclusivas para MEs.”

**4.3.6.** Adicionalmente, a Adobe estabelece que a Especialização em Governo é vinculada exclusivamente ao CNPJ da revenda certificada, não sendo admitida a utilização de microempresas ou empresas correlatas para comercialização ao setor público.

**4.3.7.** Dessa forma, considerando que o fornecimento do objeto do **Grupo 1** depende obrigatoriamente de revenda Adobe detentora da Especialização em Governo, e que o próprio fabricante veda a certificação de MEIs, microempresas e empresas de pequeno porte, conclui-se pela inviabilidade material de realização de certame exclusivo para ME/EPP, sob pena de restrição indevida da competitividade e potencial frustração da contratação.

**4.3.8.** Assim, para os itens que compõem o **Grupo 1**, afasta-se a aplicação da exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, com fundamento na exceção prevista no art. 49, inciso II, da mesma Lei Complementar.

**4.3.9.** Para os demais itens da contratação, inexistindo impedimentos de mercado ou restrições técnicas equivalentes, serão observadas normalmente as disposições legais relativas ao tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da legislação vigente.

#### **4.4. Da Adjudicação do Objeto**

**4.4.1.** Considerando a possibilidade de parcelamento do objeto, a adjudicação será realizada conforme definido a seguir:

- a. Para os itens **1** e **2**, por grupo, com critério de julgamento de menor preço por grupo; e
- b. Para os itens **3** a **9**, por item, com critério de julgamento de menor preço por item.

#### **4.5. Da Modalidade e Tipo de Licitação**

**4.5.1.** Dada a natureza do objeto, a modalidade de licitação mais adequada é o Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço, por se tratar de contratação de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, nos termos da legislação vigente.

**4.5.2.** Ademais, considerando que o objeto apresenta demanda de natureza continuada, com fornecimento parcelado e necessidade variável ao longo do tempo, mostra-se adequada a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023.

**4.5.3.** A adoção do SRP possibilita maior flexibilidade na gestão das contratações, permitindo que o TJRR realize as aquisições conforme a demanda efetiva, ao longo da vigência da ata, contribuindo para a racionalização dos gastos públicos e a otimização dos recursos disponíveis.

**4.5.4.** Nesse contexto, o presente Termo de Referência tem por objetivo a formação de ata de registro de preços, considerando que a necessidade é recorrente e que a execução do objeto se dará de forma parcelada, conforme demanda da Administração, permitindo maior celeridade na contratação e no atendimento das demandas institucionais.

#### 4.6. Da Qualificação Econômico-financeira

**4.6.1.** Quanto à qualificação econômico-financeira, observado o art. 69 da Lei 14.133/2021, a fim da licitante demonstrar a aptidão para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, deverão ser exigidos:

- a. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou comprovação, por certificação do juízo falimentar competente, de que a licitante possui plano de recuperação judicial deferido e homologado judicialmente, nos termos do art. 58, da Lei nº 11.101/2005, estando apta econômica e financeiramente a suportar o cumprimento do contrato;
- b. Para o **Grupo 1** (itens **1** e **2**), comprovação de que possui patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

**4.6.2.** A exigência prevista no subitem 6.4.1, alínea “b”, restringe-se ao **Grupo 1** (itens **1** e **2**), em razão de o valor estimado da contratação superar o limite previsto no art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 1/4 (um quarto) do valor estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da referida Lei.

**4.6.3.** Para os itens **3** a **9**, deixa-se de exigir balanço patrimonial e demonstrações contábeis, em observância ao art. 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, considerando que os respectivos valores estimados não ultrapassam o limite legal aplicável.

#### 4.7. Da Qualificação Técnica

**4.7.1.** Não será exigida qualificação técnica específica dos fornecedores, considerando a natureza do objeto, que consiste na disponibilização de licenças de uso de software em modelo de subscrição, sem necessidade de customizações ou de atividades técnicas complexas associadas à sua disponibilização. Trata-se de soluções amplamente difundidas no mercado, com especificações padronizadas e fornecimento simplificado, o que afasta a necessidade de comprovação de capacidade técnica adicional.

#### 4.8. Das Condições para Assinatura do Contrato

**4.8.1.** Para o **Grupo 1** (itens **1** e **2**), previamente à assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá comprovar que é revenda autorizada da Adobe com certificação na Especialização em Governo, conforme exigência estabelecida pelo fabricante para fornecimentos voltados às instituições públicas no Brasil ([Adobe – Especialização em Governo](#)).

**4.8.2.** O não atendimento desta condição no prazo fixado na convocação para assinatura do contrato implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, facultando à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

### 5. PRAZOS

#### 5.1. Da vigência da ata de registro de preços

**5.1.1.** A vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do PNCP, podendo o prazo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, em conformidade com o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023.

#### 5.2. Da renovação dos quantitativos da ata de registro de preços

**5.2.1.** No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado, nos termos do art. 19 da Instrução Normativa TJRR/SG nº 8, de 8 de janeiro de 2025.

#### 5.3. Da vigência dos contratos decorrentes da ata de registro de preços

**5.3.1.** A vigência do contrato decorrente da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos até a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 6. ORÇAMENTO ESTIMADO

**6.1.** Com base na instrução do procedimento administrativo nº 0007107-33.2026.8.23.8000, pode-se inferir que o valor estimado da contratação é de **R\$ 77.088,61 (setenta e sete mil, oitenta e oito reais e sessenta e um centavos)**, conforme detalhado na tabela a seguir:

Grupo	Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Adobe Creative Cloud - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro for Teams" ou equivalente	Unidade	7	6.286,11	44.002,77
	2	Adobe Illustrator - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"for Teams" ou equivalente	Unidade	2	2.965,61	5.931,22
-	3	Canva - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro+" ou equivalente	Unidade	18	552,47	9.944,46
-	4	Trello - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium" ou equivalente	Unidade	2	979,90	1.959,80

-	5	Mentimeter - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2	2.381,97	4.763,94
-	6	Flickr - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2	687,38	1.374,76
-	7	Motion Array - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Everything" ou equivalente	Unidade	2	2.067,56	4.135,12
-	8	Magnific - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium+" ou equivalente	Unidade	2	1.718,00	3.436,00
-	9	mLabs - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Completo" ou equivalente	Unidade	2	770,27	1.540,54
<b>Valor Total Estimado (R\$)</b>							<b>77.088,61</b>



## **7. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (2739855).

## **8. OBRIGAÇÕES**

### **8.1. São obrigações da CONTRATADA:**

- a. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- b. Executar fielmente as obrigações contratuais, munindo-se de todos os insumos necessários para execução do objeto;
- c. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e cumprindo todas as condições exigidas para habilitação;
- d. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste instrumento e na proposta apresentada pela instituição prestadora do serviço, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;
- e. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;
- f. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, se for necessário;
- g. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- h. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- i. Em caso de execução de serviços, comprovar, para a execução do contrato, a compatibilidade do código CNAE e seu subitem da lista de serviços da LC 116/2003, em relação ao objeto contratado, para viabilizar a correta retenção dos tributos devidos.
- j. Para o Grupo 1 (itens 1 e 2), comprovar, previamente à assinatura do contrato, que é revenda autorizada da Adobe com certificação na Especialização em Governo, conforme exigência estabelecida pelo fabricante para fornecimentos voltados às instituições públicas no Brasil ([Adobe – Especialização em Governo](#));
- k. Entregar o objeto em rígida observância ao Termo de Referência; e
- l. Conhecer minuciosamente o Termo de Referência em todas as suas partes.

### **8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Subcontratação do objeto; e
- c. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

### **8.3. Durante a execução do objeto, o CONTRATANTE deverá proceder conforme os casos abaixo:**

- a. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

- b. Efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências estabelecidas neste instrumento;
- c. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas na execução do objeto;
- d. Nomear um ou mais servidores para fazer a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços. Tal fiscalização não exclui nem reduz as responsabilidades da CONTRATADA em relação ao acordado; e
- e. Rejeitar formalmente e por escrito, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com a especificação constante deste instrumento. Para que esta rejeição seja considerada válida, bastará a comprovação de envio de notificação escrita ao preposto da CONTRATADA.

#### **8.4. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

- a. Após o recebimento da Nota de Empenho, a CONTRATADA deverá providenciar, no prazo de 03 (três) dias úteis, solicitação de credenciamento de usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, instituído pela Resolução TJRR nº 029/2016 e regulamentado Portaria TJRR nº 1650/2016;
- b. A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br);
- c. A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual;
- d. A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- e. O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI;
- f. Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica;
- g. Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de intimações para apresentar defesa prévia;
- h. A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel;
- i. A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail; e
- j. O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## **9. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

### **Rotinas de Fiscalização Contratual**

**9.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**9.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**9.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**9.4.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.5.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas

convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**9.6.** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

**9.7.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

**9.8.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**9.9.** O Tribunal de Justiça de Roraima poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**9.10.** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

**9.11.** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### **Dos Critérios de Aferição e Medição para Faturamento**

**9.12.** Concluída a execução do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao que foi especificado neste Termo de Referência e comprometido mediante proposta.

**9.13.** Feita a aferição do serviço, a fiscalização poderá receber provisoriamente o objeto.

### **Do Recebimento Provisório**

**9.14.** O objeto será recebido provisoriamente no prazo de até 02 (dois) dias úteis, após sua entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações e critérios de aceitação.

**9.15.** O objeto entregue poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações ou critérios de aceitação, devendo ser substituído no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

### **Do Recebimento Definitivo**

**9.16.** O objeto será recebido definitivamente no prazo de até 03 (três) dias úteis, conta dos da data da emissão do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, momento em que a contratada poderá emitir a fatura, acompanhada da certidão SICAF, ou das certidões que substitua o SICAF.

### **Do Pagamento**

**9.17.** O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto, correspondente ao valor integral das licenças de uso de software contratadas, cuja vigência será de 12 (doze) meses.

**9.18.** O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor.

**9.19.** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

**9.20.** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da Secretaria-Geral desta Corte, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A Secretaria-Geral decidirá os casos omissos.

### ANEXO I - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

#### 1. IDENTIFICAÇÃO

Ordem de Fornecimento nº	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
Contrato nº	xx/aaaa	Nota de Empenho nº	xx/aaaa
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da Contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do Preposto>		
Início da Vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim da Vigência	<dd/mm/aaaa>
Requisitante	<Nome da Contratante>		

#### 2. ITENS SOLICITADOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1					
...					
Valor Total da Ordem de Fornecimento (R\$)					

#### 3. INSTRUÇÕES/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Instruções e demais informações pertinentes
<Incluir instruções complementares à execução da Ordem de Fornecimento> <Ex.: As subscrições deverão ser entregues eletronicamente no e-mail [email@exemplo.com]>

#### 4. PRAZOS PREVISTOS

Início	Conclusão
Recebimento da Ordem de Fornecimento	Até xx (por extenso) dias úteis
Em caso de atrasos na execução, apresentar as devidas justificativas, se houver.	

#### 5. ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se o fornecimento dos itens correspondentes à presente Ordem de Fornecimento, no período e nos quantitativos acima identificados.

Boa Vista, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
<Nome> - Fiscal do Contrato

Matrícula: <Nº da matrícula>

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA - SETOR DE COMPRAS DE TIC.** Palácio da Justiça, Praça do Centro Cívico, nº 296 - Bairro Centro - CEP - Boa Vista - RR. Telefone: , email: - <http://www.tjrr.jus.br>.

#### ANEXO II

#### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA, APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 14/2026.**

**Data do certame:** 15/07/2026, às 10h00min.

**Procedimento Administrativo n.º** 0007107-33.2026.8.23.8000

**OBJETO:** Formação de registro de preços para eventual contratação de licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### GRUPO 1

Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
1	<b>Adobe Creative Cloud - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses,</b> e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	"Pro for Teams" ou equivalente	Und.	7	6.286,11	
2	<b>Adobe Illustrator - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses,</b> e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.	"for Teams" ou equivalente	Und.	2	2.965,61	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>						
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 49.933,99</b>						
Conforme item 4.3. do Termo de Referência - Anexo I do Edital						

ITEM 3						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
3	<b>Canva - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses,</b> e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Pro+" ou equivalente	Und.	18	552,47	
<b>VALOR TOTAL (R\$)</b>						
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 9.944,46</b>						
<b>Item exclusivo de empresas ME/EPP</b>						

ITEM 4						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
4	Trello - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Premium" ou equivalente	Und.	2	979,90	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 1.959,80						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

ITEM 5						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
5	Mentimeter - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Pro" ou equivalente	Und.	2	2.381,97	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 4.763,94						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

ITEM 6						
--------	--	--	--	--	--	--

Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
6	Flickr - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Pro" ou equivalente	Und.	2	R\$ 687,38	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 1.374,76						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

ITEM 7						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
7	Motion Array - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Everything" ou equivalente	Und.	2	2.067,56	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 4.135,12						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

ITEM 8						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)



8	Magnific - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Premium+" ou equivalente	Und.	2	1.718,00	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 3.436,00						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

ITEM 9						
Item	Descrição	Plano/Assinatura Compatível	Und.	Qtd	Valor Unitário Fixado pelo TJRR (R\$)	Valor Unitário ofertado pelo licitante (R\$)
9	mLabs - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses, e demais especificações, conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital	"Completo" ou equivalente	Und.	2	R\$ 770,27	
VALOR TOTAL (R\$)						
VALOR TOTAL ESTIMADO PELO TJRR R\$ 1.540,54						
Item exclusivo de empresas ME/EPP						

Razão Social:

Número do CNPJ:

Endereço Completo com CEP:

Fone/Fax/Celular:

E-mail:

Banco/Nome e nº. da Agência/Conta Corrente

Prazo de Validade da Proposta:

Local e Data:

**ANEXO III**  
**DECLARAÇÃO**

Ref.: Pregão Eletrônico n.º 000/2026

a) Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, DECLARO não ter no quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO IV**  
**TERMO DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE**

A empresa \_\_\_\_\_ (NOME DA EMPRESA), inscrita sob o CNPJ nº se compromete a contribuir com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e efetivar, em processos internos e externos, o cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, e pelo Plano de Logística Sustentável do TJRR, instituído pela [Portaria TJRR/PR Nº 245/2026](#).

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V**  
**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ata de Registro de Preços N.º 000/2026**

**Procedimento Administrativo n.º 0007107-33.2026.8.23.8000**

**Pregão Eletrônico n.º 000/2026**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, com sede na Praça do Centro Cívico, sem número, Centro, na cidade de Boa Vista, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o n.º 34.812.669/0001-08, neste ato, representado(a) pelo(a) ...(cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria n.º ..... de ..... de ....., inscrito no CPF sob o n.º ..... Portador(a) da Carteira de Identidade n.º ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão**, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidade(s) cotada(s),

atendendo as condições previstas no edital, na Lei n.º 14.133/21 e suas alterações, e na [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#), observadas, ainda, as demais normas legais aplicáveis, e em conformidade com as disposições a seguir:

## 1. DO OBJETO

**1.1.** Registro de preços para eventual contratação de licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima., conforme Termo de Referência - Anexo I do Edital.

## 2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**2.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional das Contratações Públicas-PNCP, porrogáveis na forma da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

**2.1.1.** Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão **renovados**.

**2.2.** O Edital do **Pregão** Eletrônico n.º 000/2026 e seus anexos são partes integrantes desta Ata, assim como a proposta vencedora e a ata da sessão pública do Pregão eletrônico, independente de transcrição.

## 3. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DA VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTATIVOS

**3.1.** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- a. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- c. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**3.2.** A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

**3.3.** O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

**3.4.** Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

**3.5.** O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

**3.6.** O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **subitem 3.1**.

**3.7.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador.

**3.8.** O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

**3.9.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

**4.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**4.1.1.** Os quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços na prorrogação serão **renovados**.

**4.2.** O instrumento contratual, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**4.3.** Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b. mantiverem sua proposta original.

**4.4.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

**4.5.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**4.6.** Os convocados no cadastrado reserva ou da classificação remanescente, passarão por processo de habilitação previsto em edital, quando convocados.

**4.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**4.8.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o **subitem 4.3**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**4.9.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**5.1.** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- a. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- b. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- c. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- d. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

**6.1.** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**6.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**6.1.2.** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

**6.1.3.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**6.1.4.** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.2.** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder

cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**6.2.1.** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**6.2.2.** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**6.2.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, sendo necessária a análise das condições de habilitação nos moldes previstos em edital.

**6.2.4.** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

**6.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **subitem 6.2** e no **subitem 6.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**6.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**7.1.** O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 25, inciso III, da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#); ou
- d. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.e
- e. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**7.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no **subitem 7.1** será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**7.3.** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

**7.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a. por razão de interesse público;
- b. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c. se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 23 e no § 4º do art. 24, ambos da [Instrução Normativa TJRR/SG n.º 08/2025](#).

## **8. DAS PENALIDADES**

**8.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas instrumento convocatório.

**8.2.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO do instrumento convocatório

## 10. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

10.1. O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, a(s) quantidade(s), **fornecedor(es)** e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

GRUPO 01					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
1					
2					
Valor Total (R\$)					

ITEM 3					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
3					
Valor Total (R\$)					

ITEM 4					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
				VALOR	

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Unitário	Total
4					
Valor Total (R\$)					

<b>ITEM 5</b>					
<b>EMPRESA:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>ENDEREÇO COMPLETO:</b>					
<b>REPRESENTANTE:</b>					
<b>TELEFONE: E-MAIL:</b>					
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
5					
Valor Total (R\$)					

<b>ITEM 6</b>					
<b>EMPRESA:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>ENDEREÇO COMPLETO:</b>					
<b>REPRESENTANTE:</b>					
<b>TELEFONE: E-MAIL:</b>					
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
6					
Valor Total (R\$)					

<b>ITEM 7</b>					
<b>EMPRESA:</b>					
<b>CNPJ:</b>					
<b>ENDEREÇO COMPLETO:</b>					
<b>REPRESENTANTE:</b>					
<b>TELEFONE: E-MAIL:</b>					
<b>PRAZO DE ENTREGA:</b>					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
7					
Valor Total (R\$)					

ITEM 8					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
8					
Valor Total (R\$)					

ITEM 9					
EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO COMPLETO:					
REPRESENTANTE:					
TELEFONE: E-MAIL:					
PRAZO DE ENTREGA:					
Item	Descrição	Und.	Qtd.	VALOR	
				Unitário	Total
9					
Valor Total (R\$)					

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Boa Vista - RR \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

_____ Nome Secretário de Gestão Administrativa	_____ Representante legal Empresa
---	---

## ANEXO I - FORNECEDORES DO CADASTRO DE RESERVA

CADASTRO RESERVA	
Classificação	Licitante



--	--

## ANEXO II - CLASSIFICAÇÃO FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA

FORNECEDORES QUE MANTIVERAM SUAS PROPOSTA	
Classificação	Licitante

## ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DE CONTRATO - PR/SG/SGA/SUBCON

Contratação de licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima, oriundo da Ata de Registro de Preços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e a empresa \_\_\_\_\_, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**CONTRATANTE:** **Tribunal de Justiça do Estado de Roraima**, situado na Praça do Centro Cívico, nº 296, Centro, nesta cidade, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 34.812.669/0001-08, doravante denominado Contratante, neste ato representado por seu Secretário-Geral, **Hermenegildo Ataíde D'ávila**, união estável, brasileiro, matrícula nº 3012554.

**CONTRATADO:** \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº \_\_\_\_\_, com sede localizada na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_, daqui por diante designada Contratada, neste ato representada pelo Senhor (a) \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, tendo em vista o que consta no Processo nº \_\_\_\_\_ e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### Cláusula Primeira – Objeto

**1.1.** O objeto do presente instrumento consiste na contratação de licenças de uso de softwares diversos (Adobe Creative Cloud, Adobe Illustrator, Canva, Trello, Mentimeter, Flickr, Motion Array, Magnific e mLabs) por subscrição, incluindo atualizações e suporte pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades do Tribunal de Justiça de Roraima, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 49/2026 (\_\_\_\_\_).

**1.2.** Objeto da contratação:

Grupo	Item	Descrição	Plano/Assinatura Compativeil	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Adobe Creative Cloud - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro for Teams" ou equivalente	Unidade	7		

	2	Adobe Illustrator - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"for Teams" ou equivalente	Unidade	2		
-	3	Canva - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro+" ou equivalente	Unidade	18		
-	4	Trello - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium" ou equivalente	Unidade	2		
-	5	Mentimeter - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2		
-	6	Flickr - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Pro" ou equivalente	Unidade	2		
-	7	Motion Array - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Everything" ou equivalente	Unidade	2		
-	8	Magnific - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Premium+" ou equivalente	Unidade	2		
-	9	mLabs - Licença de uso do software por subscrição pelo período de 12 (doze) meses	"Completo" ou equivalente	Unidade	2		
<b>Valor Total Estimado (R\$)</b>							

**1.3.** Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

**1.3.1.** O Termo de Referência nº 49/2026 (\_\_\_\_\_);

**1.3.2.** A Proposta do Contratada (\_\_\_\_\_);

**1.3.3.** O Edital de Licitação (\_\_\_\_\_);

**1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**Cláusula Segunda – Vigência e Prorrogação**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura deste instrumento, prorrogável por sucessivos períodos até o limite de 10 (dez) anos, nos termos dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**2.2.** A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

**2.3.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**2.5.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as

abrangências de aplicação.

### **Cláusula Terceira – Modelos de Execução e Gestão Contratuais**

**3.1.** O regime de execução contratual, o modelo de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência nº 49/2026 (\_\_\_\_\_).

### **Cláusula Quarta – Subcontratação**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Cláusula Quinta - Preço e Pagamento**

**5.1.** Preço:

**5.1.2.** O valor total da contratação é de **R\$** \_\_\_\_\_.

**5.1.3.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**5.2.** Forma de Pagamento:

**5.2.1.** O pagamento será realizado em parcela única, através de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado, após o recebimento definitivo do objeto, correspondente ao valor integral das licenças de uso de software contratadas

**5.2.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.1.3.** No caso de inexecução total ou parcial do objeto, no prazo contratado, o valor antecipado deverá ser devolvido, conforme [art. 145, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**5.3.** Prazo de Pagamento

**5.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**5.3.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante a testar o recebimento do objeto do contrato.

**5.3.3** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$EM = I \times N \times VP$$

I = Índice de atualização financeira

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

EM = Encargos Moratórios devidos

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da Prestação em atraso

**5.4.** Condições de Pagamento:

**5.4.1.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**5.4.2.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. o período respectivo de execução do contrato;
- d. o valor a pagar;
- e. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- f. Cadastro Nacional de Atividade - CNAE, correspondente ao material adquirido;
- g. Código da Classificação do Serviço (LC nº 116/2003);
- h. Nomenclatura do(s) imposto(s) incidente(s);
- i. Alíquota do(s) imposto(s) incidente(s);
- j. Valor do(s) imposto(s);
- k. Parcela(s) isenta(s) de tributos, caso possua;
- l. Dados bancários vinculados ao CNPJ da empresa contratada;
- m. Informação se é optante do **SIMPLES NACIONAL**;
- n. Declaração de imunidade ou isenção de tributos, conforme Anexos II e III da Instrução Normativa RFB nº 1663, de 07 de outubro de 2016; e
- o. os dados do contrato e do órgão contratante, conforme consta na nota de empenho - TJRR ou FUNDEJURR.

**5.4.3.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

**5.4.4.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**5.4.6.** Previamente ao pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; e
- b. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**5.4.6.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.4.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **Cláusula Sexta - Reajuste**

**6.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/06/2026 (\_\_\_\_\_).

**6.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante negociação, e no limite do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da Contratada, nos termos do item 6.1. desta cláusula.

**6.4.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.5.** Na prorrogação do contrato, não havendo a divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante realizará a devida atualização assim que o(s) índice(s) estiver(em) disponível(is), por meio da formalização de

Termo de Apostilamento, se for o caso.

**6.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cláusula Sétima - Obrigações do Contratante**

**7.1.** Além das Obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do Contratante:

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- f. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período; e

### **Cláusula Oitava - Obrigações do Contratado**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- b. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d. Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos materiais empregados;
- e. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato;
- f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- h. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3)

certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- i. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- j. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- l. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- m. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- o. o) Assinar o termo de ciência do Código de ética do Poder Judiciário de Roraima (Resolução nº 73/2023), constante no Anexo II, o qual será encaminhado pela CONTRATADA ao endereço eletrônico do CONTRATADO;
- p. O fornecedor deve cumprir todas as leis e regulamentações aplicáveis em sua área de atuação, cumprindo as obrigações de compliance (Resolução TJRR/TP n. 71/2022); e
- q. Manter a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelo Contratante.

## **8.2. São expressamente vedadas à CONTRATADA:**

- a. A veiculação de publicidade acerca da contratação, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE;
- b. Nos termos do art. 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, atualizada pela Resolução CNJ nº 229, de 22 de junho de 2016, é vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

## **8.3. Comunicação entre CONTRATANTE e CONTRATADA:**

**8.3.1.** A CONTRATADA deverá manter atualizado o seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

**8.3.1.1.** A solicitação de credenciamento deverá ser realizada pelo sítio [www.tjrr.jus.br](http://www.tjrr.jus.br).

**8.3.1.2.** A não solicitação de credenciamento dentro do prazo estabelecido poderá ocasionar na aplicação das Sanções Administrativas previstas no instrumento contratual.

**8.3.2.** O endereço de e-mail do representante legal da CONTRATADA para fins de recebimento de notificação e demais comunicações inerentes à execução do objeto deverá ser informado na proposta, devendo ser o mesmo a ser cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, como previsto no Termo de Referência.

**8.3.3.** Durante a execução do objeto, qualquer comunicação, tais como cartas, ofícios, notificações, entre outros, será realizada prioritariamente via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, sendo que a CONTRATADA disporá do prazo de até 05 (cinco) dias corridos para leitura e assinatura da notificação, a partir da liberação do link de assinatura eletrônica.

**8.3.4.** Exaurido o prazo previsto no subitem anterior, a CONTRATADA considerar-se-á devidamente notificada, iniciando, assim, eventuais prazos dos atos subsequentes, como, por exemplo, no caso de



intimações para apresentar defesa prévia.

**8.3.5.** A adoção de comunicações digitais é o resultado da implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI. Assim, os processos administrativos que tramitam sob a tutela deste sistema computacional dispensam a utilização do meio físico papel.

**8.3.6.** A CONTRATADA deverá manter Preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de execução do objeto, para representá-lo administrativamente sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante declaração (Anexo I) onde deverá constar o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, bem como número telefônico para contato e endereço de e-mail.

**8.3.6.1.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas as faturas e outras questões referentes ao objeto.

## **Cláusula Nona – Garantia de Execução**

**9.1.** Não será exigida garantia da execução do Contrato, mas o Contratante poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada.

## **Cláusula Décima - Obrigações Pertinentes à LGPD**

**10.1.** As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**10.2.** Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

**10.3.** É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**10.4.** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

**10.5.** Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**10.6.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**10.7.** O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**10.8.** O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**10.9.** O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**10.10.** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

**10.10.1.** Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**10.11.** O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **Cláusula Décima Primeira – Infrações e Sanções Administrativas**

**11.1.** As infrações e sanções administrativa previstas nos artigos 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021 serão

aplicadas, garantida a ampla defesa e o contraditório, conforme a [INSTRUÇÃO NORMATIVA TJRR/SG N. 007/2023](#), publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 26 de setembro de 2023.

**11.2.** A contratada que descumprir, total ou parcialmente, regra estabelecida no contrato celebrado com o TJRR ficará sujeita às seguintes sanções:

- a. multa;
- b. advertência;
- c. impedimento de licitar e contratar no âmbito do Estado de Roraima; e
- d. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.

**11.2.1.** As sanções a que se referem as alíneas "b", "c", e "d" do **subitem 11.2.** poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

**11.2.2.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**11.2.3.** A aplicação das sanções previstas no **subitem 11.2.** não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**11.3.** A sanção de multa moratória será imposta à contratada que entregar o objeto contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- a. 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, para 1 (um) dia de atraso;
- b. 0,3% (três décimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 2 (dois) dias até o limite de 30 (trinta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato; e
- c. 10% (dez por cento), com acréscimo de 0,13% (treze centésimos por cento) ao dia, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias até o limite de 60 (sessenta) dias, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

**11.3.1.** Considera-se atraso injustificado a não apresentação pela contratada de argumentos e documentos capazes de motivar o descumprimento do prazo estabelecido no contrato para a entrega.

**11.3.2.** Após o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a fiscalização do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

**11.3.3.** A sanção de multa compensatória será imposta à contratada que executar parcialmente o objeto contratado ou não o executar, situação em que restará configurada, respectivamente, a inexecução parcial e a inexecução total do contrato, podendo, nesses casos, o TJRR rescindir unilateralmente o contrato, observando-se o disposto nos arts. 137 e seguintes da Lei 14.133/2021.

**11.3.3.1.** A inexecução parcial do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela não cumprida.

**11.3.3.2.** A inexecução total do objeto do contrato implica a aplicação de multa no percentual de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento), a ser calculada sobre o valor total do contrato.

**11.4.** Da aplicação das penalidades definidas nesta Cláusula, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da notificação.

**11.5.** O recurso deverá ser dirigido à Secretaria de Gestão Administrativa - SGA, a qual instruirá o feito e o submeterá à Secretaria Geral.

**11.6.** As sanções aplicadas definitivamente serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e nos sistemas internos do Tribunal.

**11.7.** Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa, sem prejuízo da inscrição em base de dados de serviços de proteção ao crédito bem como o protesto dívida em cartório.

## **Cláusula Décima Segunda – Da Extinção Contratual**



**12.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**12.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**12.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

**12.6.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.7.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.8.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e
- c. Indenizações e multas.

**12.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**12.10.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **Cláusula Décima Terceira – Dotação Orçamentária**

**13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do Programa de trabalho nº \_\_\_\_\_, da unidade orçamentária \_\_\_\_\_, elemento de despesa \_\_\_\_\_.

**13.2.** A despesa para o exercício subsequente será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à Contratante, na Lei Orçamentária Anual.

### **Cláusula Décima Quarta – Dos Prazos**

**14.1.** O instrumento contratual será assinado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**14.2.** A disponibilização das licenças deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

**14.3.** Os demais prazos, correlatos à execução do objeto contratual, estão consignados no Termo de Referência nº 49/2026.

### **Cláusula Décima Quinta– Dos Casos Omissos**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

## Cláusula Décima Sexta – Alterações

**16.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**16.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**16.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**16.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## Cláusula Décima Sétima – Publicação

**17.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Diário da Justiça Eletrônico deste Poder Judiciário, de forma a atender à Res. TJRR nº 5/2007.

## Cláusula Décima Oitava – Foro

**18.1.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Comarca de Boa Vista/RR, conforme art. [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, depois de lido e por estarem de acordo, os representantes das partes assinam este instrumento eletronicamente.

### ANEXO I

#### Declaração de Preposto

Eu, (Incluir nome do representante), representante legal da empresa, declaro, para os devidos fins, que referida empresa se compromete a manter preposto, durante o prazo de vigência do Contrato nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

Nome do Preposto:

CPF:

RG:

Qualificação Profissional:

Endereço:

Telefone/WhatsApp:

E-mail:

### ANEXO II

#### Declaração de Ciência do Código de Ética do TJRR

Eu, \_\_\_\_\_, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, CONTRATADA deste Egrégio Tribunal, por meio da formalização do Contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO ter pleno conhecimento do Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, comprometendo-me a agir de acordo com seus princípios, de forma ética, respeitando os direitos e a dignidade de todas as pessoas, evitando conflitos de interesse e mantendo a confidencialidade das informações, instituído por meio da Resolução TJRR/TP nº 73 de 14 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico - DJE nº 7293 de 28 de dezembro de 2022 ([CÓDIGO DE ÉTICA - RESOLUÇÃO 73/2022](#)). Zelarei pela qualidade da prestação dos meus serviços e reportarei qualquer violação ao código. Assumo a responsabilidade por minhas ações e estou ciente das consequências em caso de descumprimento.

Boa Vista, RR \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### ANEXO III

#### Declaração não Emprego de Menor

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o \_\_\_\_\_, DECLARA:

para fins do disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

### ANEXO IV

#### Declaração de Antinepotismo

Eu, \_\_\_\_\_ representante legal da empresa \_\_\_\_\_, DECLARO:

Que não possuo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento neste Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, bem como sócios e empregados que possuam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, conforme disciplina a Resolução n.º 07, de 18/10/2015, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, alterada pela Resolução n.º 229, de 22/06/2016.

### ANEXO V

#### Termo de Confidencialidade e Sigilo

O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, sediado na Praça do Centro Cívico, 296 - Centro - CEP 69 301-380, CNPJ n.º 34.812.669/0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, sediada na Rua/Avenida \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, BAIRRO \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a [Lei n.º 12.527/2011](#) e o [Decreto n.º 7.724/2012](#), que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, além da Lei nº 13.709, de 14/08/2018 que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

#### Cláusula Segunda - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**INFORMAÇÃO:** dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

**INFORMAÇÃO SIGILOSA:** aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

**CONTRATO:** contrato celebrado entre as partes, o qual este TERMO se vincula.

#### Cláusula Terceira - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador de íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO celebrado entre as partes.

#### Cláusula Quarta - DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

1. sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
2. tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
3. sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

#### Cláusula Quinta - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em qualquer hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO.

**Parágrafo Primeiro** - A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** - A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I. A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** - A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a relação a terceiros, exceto se

devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I. Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como manter a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

1. Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;
2. Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;
3. Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e
4. Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

#### Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO.

A vigência deste Termo independe do prazo de vigência do contrato assinado.

#### Cláusula Sétima - DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme art. 155 a 163 da Lei nº. 14.133/21.

#### Cláusula Oitava - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Havendo necessidade legal devido a Programas de Governo, a CONTRATADA assume o compromisso de assinar Termo de Sigilo (ou equivalente) adicional relacionado ao Programa, prevalecendo as cláusulas mais restritivas em benefício do CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto - Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

1. O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO;
3. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
4. Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
5. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
6. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterização ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
7. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO;
8. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### Cláusula Nona - DO FORO

O CONTRATANTE elege o foro da cidade de Boa Vista - RR, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes eletronicamente.

De acordo.



Documento assinado eletronicamente por **ELANO LOUREIRO SANTOS, Subsecretário(a)**, em 24/06/2026, às 09:21, conforme art. 1º, III, b, da Lei Federal 11.419, de 19 dezembro de 2006. Portaria TJRR/PR n. 1650, de 30 de junho de 2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **2823334** e o código CRC **0C535CE7**.